

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 21/XII

“Preço do leite pago aos produtores em S. Miguel”

27 DE JUNHO DE 2022



INTRODUÇÃO

A 5 de janeiro de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 21/XII, intitulada “Preço do leite pago aos produtores em S. Miguel”, cujo único signatário é o cidadão Rui Oliveira.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Economia, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “agricultura e pecuária”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.



ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O peticionário refere, em sede de exposição de motivos, o seguinte: *“Sr. Presidente, da ALRRA, venho por este expor a minha situação pessoal, e tantos outros produtores de leite de São Miguel, que atravessamos uma fase económico-financeira sui generis. Nos últimos anos, os custos de produção da minha atividade têm subido exponencialmente e o que vendemos, o leite cru, que é a minha fonte de rendimento direta não tem acompanhado o mesmo nível de crescimento. Daí resulta, uma situação de sufoco diário, sem saber como tentar melhorar o maneio da exploração para fazer face aos custos da mesma, já nem falo em lucro, simplesmente, ter dinheiro para viver diariamente.*

Como Sua Excelência bem sabe, a base da nossa economia regional assenta na produção de leite, que direta e indiretamente faz gerar muitos postos de trabalho, ao nível da produção, das indústrias, de todas as casas que nos abastecem com produtos e serviços, quer também dos vários departamentos governamentais.

De facto, a minha situação, e dos restantes produtores de leite de São Miguel, é de falência técnica, pelo que, simplesmente desejamos que nos paguem devidamente o litro de leite. Quando toda a produção está nesta situação, faz repercutir efeitos nefastos em várias áreas, deixando eu de ter capacidade de cumprir com as minhas obrigações, como é que posso pagar aos meus fornecedores, que por sua vez, muitos deles já enfrentam dificuldades económicas. Um dos fornecedores que possui uma casa de fornecimento de produtos para explorações agropecuárias, está com um prazo de recebimento de onze meses.



Avizinham-se meses deste continuo sufoco, sem perspetivas de melhorias nesta atividade, e quando encontro colegas meus de profissão, só falamos em desistir, em vender, em que este produto ou aquele aumentou novamente. Não temos outras alternativas, como culturas industriais, beterraba e/ou chicória, só nos resta a vaca e o seu leite.

No passado dia 2 de Janeiro de 2022, no site do AGROPORTAL, fui publicado um artigo, cujos autores são Marisa Costa e André Barão, em que reportam que o custo de alimentação de vaca por dia passe de 5.95€ em Janeiro de 2021 e em Janeiro de 2022 para 7.22€, representando um aumento de 18%, tal como pode Sua Excelência constatar no site:

<https://www.rurroportal.pt/3-centimos-sao-suficientes-para-salvar-a-producao-de-leite-nacional-apresentamos-os-calculos-andre-barao-e-marisa-costa/>

Perante este económico cenário devastador, apelamos há mais nobre casa dos Açorianos, que tome medidas para que, possamos sair desta situação económica que vivo e todos os meus colegas de profissão”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Considerando que aquando da sua entrada a presente petição encontrava-se subscrita por um único peticionário, o cidadão Rui Oliveira, a Comissão de Economia deliberou proceder à sua audição, que decorreu no dia 24 de fevereiro de 2022, pelas 14h00.

Posteriormente, tendo a petição reunido 646 assinaturas, deliberou a Comissão de Economia proceder à audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que decorreu no dia 23 de maio de 2022, pelas 15 horas, bem como solicitar pareceres escritos à Federação Agrícola dos Açores e à ANIL.



- **Audição do peticionário, cidadão Rui Oliveira:**

O Peticionário explicou pormenorizadamente o motivo que o levou a fazer esta a petição e que faz parte do seu texto, nomeadamente a questão do preço de leite pago em S. Miguel que, está abaixo das despesas mensais.

Sobre este assunto que afeta os produtores da Região, disse que pediu para ser recebido pelo Presidente do Governo e pelo Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, mas até à data nunca recebeu qualquer feedback, daí ter avançado para o formato de uma petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Deputado Carlos Silva quis saber se a reunião foi pedida formalmente aos representantes do setor quer ao nível associativo quer ao nível do governo regional e se ainda não obteve resposta. Quis saber ainda se fez esse pedido individualmente ou através de algum movimento de cidadãos afetos ao setor.

Disse ter conhecimento que o peticionário participou numa manifestação realizada para defender o assunto em questão e questionou se as promessas feitas foram cumpridas, se entende que a atividade melhorou, se os apoios que foram atribuídos depois dessa data foram os apoios corretos ou se os apoios atribuídos tiveram o efeito contrário ao que se pretendia.

O Peticionário disse que foram pedidas formalmente reuniões com Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e com o Presidente do Governo, mas nunca foram recebidos.

Houve, por outro lado, uma reunião com o Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel e com a Federação Agrícola dos Açores, e nessa reunião existiram muitas promessas, mas nada foi feito.

Foi-lhes transmitido que em janeiro havia um aumento do preço do leite, mas em termos reais isso não se verificou porque aumentaram a tabela dos sólidos (gordura e



proteína), e o pagamento do leite acabou por ficar igual e ainda por cima o Presidente da Federação Agrícola dos Açores sabia que as tabelas iam ser alteradas, apesar de ter garantido que não.

O Deputado Carlos Silva reforçou que os lavradores estão abandonados e estão há mais de quatro meses à espera de uma reunião com o Governo e não foram recebidos.

Perguntou que propostas poderíamos apresentar para ajudar a resolver ou a mitigar os problemas que enfrentam neste momento e se pode dar alguns exemplos do aumento de custo de produção nos últimos meses e qual o impacto está a ter na atividade.

O Peticionário disse que, no seu caso pessoal, tinha perdido 50 mil euros nos últimos dois anos.

Relativamente às soluções e estratégias, aventou com o regresso das quotas leiteiras para regular a produção e o controlo dos custos de produção. Deu o exemplo do aumento dos adubos que passaram de 22 euros para 36 euros. Uma tonelada de ração que custava menos de 300 euros, hoje está 390 euros.

O Deputado Bruno Belo, na sequência das perguntas formulados pelo Deputado Carlos Silva e tendo em conta a estratégia que foi desenvolvida até 31 de dezembro entre o Governo e as Associações representativas do setor, perguntou quando se diz que se sentem abandonados, quantos são esses que se sentem abandonados, uma vez que os representantes do setor tem estado a trabalhar em consonância com o Governo.

Quando falou no aumento dos sólidos perguntou quem alterou essa tabela. Quando referiu que nos últimos dois anos as explorações sofreram uma quebra de 10 cêntimos por litro de leite, perguntou se, na sua opinião, as indústrias estão em condições de poder pagar melhor o leite produzido.

O Peticionário explicou que a atribuição de mais 1,5 cêntimo do Governo foi uma má estratégia, porque fez com que a indústria não valorizasse o leite produzido porque o Governo o estava a fazer por eles, mas se ouvissem os produtores de leite sabiam que



não seria uma boa opção porque não tem lógica o injetar dinheiro sem algum ganho para os produtores porque quem ganha são os industriais.

Continuou a explicar que a quebra de 10 cêntimos reflete o atual preço do leite pago ao produtor e o aumento dos fatores de produção.

Disse ainda que Federação Agrícola, o IAMA e os industriais foram as entidades que alteraram a tabela dos sólidos, o que fez com que a alteração da tabela dos sólidos e o valor pago ficasse tudo na mesma.

O Deputado Bruno Belo perguntou se seria possível, do lado da produção, melhorar a quantidade dos sólidos para obter melhor preço.

O Peticionário confirma que sim, mas que se perdia na qualidade porque implica uma cultura mais intensiva.

O Deputado Rui Martins perguntou quando pediu as audiências ao Presidente do Governo Regional ou ao Secretário Regional da tutela.

Perguntou se esta reunião era em representação de um grupo de produtores que tinham interesse comum.

O Peticionário disse que, relativamente ao pedido, foi feito em nome do grupo “União da Lavoura” e não em nome pessoal.

O Deputado Carlos Furtado perguntou qual a sua opinião relativamente a uma recente medida de redução da produção de leite na Região na ordem dos 10%, se acha que esta medida é acertada e se vai ao encontro da necessidade imediata dos produtores.

Acrescentou se, ao longo da sua experiência deste setor, alguma vez percebeu por parte das indústrias de lacticínios que era impossível acomodar toda a produção de leite.



Perguntou, ainda, se sabe por parte das indústrias de laticínios da Região, se existe alguma intenção de aumentar o preço pago aos produtores.

O Peticionário disse que reduzir a produção em 10% é uma boa medida sobretudo para grandes produções.

- **Audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural:**

O Secretário Regional, numa breve análise ao teor da petição, começou por dizer que a estratégia que tem sido seguida nos Açores, não sendo uma estratégia forçada, é uma estratégia de colaboração entre a produção e a administração regional, na procura das melhores soluções para duas crises, uma em cima da outra, que tem afetado todos os fatores de produção de todos os ramos de atividade, especialmente este, que é um sector base e tem um efeito multiplicador na restante economia.

Depois de analisadas as situações exteriores pelo movimento associativo em torno da sua federação, tem-se vindo a arranjar soluções para amortecer os efeitos desta crise.

Reconhece que o preço do leite tem vindo a aumentar, mas não o suficiente para fazer face ao aumento dos custos de produção, mas pode avançar que o aumento do preço do leite em abril foi na ordem dos 20,7%.

Este aumento tem sido feito com base na estratégia da valorização do produto e de quem trabalha.

Pela primeira vez, a produção conseguiu formar o seu preço, dizendo que não vale a pena produzir o melhor leite do mundo para o transformar em marcas brancas, leite em pó o leite UHT, sendo esta situação reveladora da perda de rendimento.

O Deputado Bruno Belo perguntou se as medidas que foram acordadas e implementadas, foram sempre feitas com as entidades representativas do setor e, também, atendendo a que neste momento e tendo em conta os fatores que levaram ao aumento dos preços dos fatores de produção, naquela que é a opinião das entidades



representativas do setor, qual será a tendência: subida acentuada ou alguma estabilidade, embora em preços altos.

O Secretário Regional acha que todas as medidas que foram anunciadas lado a lado com a produção foram de apoio aos agricultores para fazer face a esta crise (dupla crise, lembrou).

Revelou que o conjunto dessas medidas resulta de muito trabalho e, acima de tudo, o encontro do financiamento para a sua execução, lembrando que para se ser responsáveis, não é só anunciar as medidas, é preciso encontrar o financiamento para essas medidas.

Referiu que no momento difícil em que toda a economia dos Açores está a ser afetada, este setor, pode muito bem contribuir para recuperar a economia, lembrando que, por exemplo, o apoio de 1cêntimo/litro de leite ao produtor, representa 5 milhões de euros. Disse que durante 6 meses apoiaram os produtores para conseguir amortecer a crise, preparando as indústrias para pagar melhor a partir de janeiro.

Acrescentou que as indústrias também tiveram problemas nestas crises. O preço do ferro, dos transportes e do papelão, só para dar uns exemplos, aumentaram, referindo que o apoio serviu para todos, apesar de dirigido ao produtor, e a verdade é que depois deste apoio e da redução da produção de leite, o pecado está na transformação pelo excesso de leite em pó e leite UHT e, depois, em alguns compradores, pela transformação em marcas brancas.

Disse, ainda, que “com as medidas de redução percebemos que as indústrias, afinal, podiam pagar mais, e foi isso que aconteceu, pela primeira vez, foram os produtores a formar o seu preço”.

Relativamente à subida das matérias-primas, a perspetiva é que a situação não deve melhorar nos próximos tempos, aliás, há ameaças quer por parte da Rússia, mas também, por parte da Ucrânia. Relativamente ao sector, confirma que não há falta dessas matérias-primas, nem de milho, nem de trigo no mercado mundial, estão em



outras geografias, mas confirmando que os transportes dessas matérias-primas para os Açores, por outro lado, estão inflacionados.

“Nós todos os anos, importamos várias de toneladas de milho e matérias-primas, mas principalmente, milho. Dos 6,2 milhões de euros do POSEI destinado ao abastecimento, mais de 80% é gasto com a importação de milho. Por isso é que já estamos, há algum tempo, com uma estratégia de apoio à produção de milho local, quer para farinha quer para silagem”, referiu o Governante.

O Deputado Carlos Furtado entende que, não obstante e fazendo referência a uma afirmação do Secretário Regional (leite pago ao produtor subiu em média de 20%), neste momento, é mais fácil aos produtores de agropecuária dos Açores, viver com o leite pago com mais esses 20%. Pediu para comentar, considerando que os custos de produção (concentrados e combustíveis) estão mais elevados, na realidade os 6 cêntimos pagos a mais serão insuficientes quando comparados com o exponencial do aumento de custos.

O Secretário Regional da disse que, antes de mais, a produção de leite nos Açores continua a ser uma prioridade e quer que continue como uma região produtora de leite, mas não igual a outras regiões produtoras de leite, porque o que mais existe no mercado é leite e produtos lácteos sendo estes os produtos que mais decrescem em termos de consumo a nível Europeu e em Portugal.

Perante as novas tendências e perante aquilo, também, é o apoio de alguns estados-membros aos seus produtores (países mais ricos) e aquilo que a “invasão” dos produtos lácteos em Portugal, que obriga a uma queda do preço do leite, é preciso ter a consciência que não preciso continuar como estamos, ou seja, numa linha de suicídio em termos de rendimento.

Lembrou que os Açores são responsáveis por 35% de produção leite, com apenas 2% do território do país.



“Então, nós achamos que a produção de leite deve existir, mas com viabilidade. Isto significa que houve aqui várias mudanças”, referiu.

Falou do exemplo do leite biológico na Terceira e em São Miguel, que no 1º trimestre de 2022, a adesão aumentou 114% nos Açores.

Disse ser necessário iniciar projetos da produção e se crie uma fileira para o leite A2. Depois, a descida da quantidade de leite, só no 1º trimestre deste ano, produziu-se menos 8,9 milhões de litros de leite na região (ano passado foram menos 10 milhões), isto em 3 ilhas dos Açores, considerando ser bastante positivo, porque as indústrias estão a pagar mais.

Por outro lado, algumas indústrias estão a valorizar menos a água e mais os sólidos (fala de um exemplo da Terceira que com a alteração da tabela, cerca de 60% dos produtores beneficiam com isso).

“Tudo isso é menos intensificação, é menos pressão sobre o animal, sobre o solo, menos importação de elementos externos e o produtor fica com melhor qualidade de vida”, referiu.

Temos outra medida, que está em vigor, que vai abrir agora a 1 de junho, novamente, que é a reconversão. Como Portugal tem um autoconsumo de apenas 50% de carne de bovino, ainda existe muito espaço para a crescer, até porque a carne tem uma qualificação comunitária (IGP) e a Região não pode desperdiçar este benefício jurídico que temos e que é o único reconhecido nos acordos internacionais.

O Deputado Rui Martins, relativamente ao preço do litro de leite, comparou o custo de produção de um litro de leite e a sua transformação em leite UHT e a necessidade de importação de concentrados.

Perguntou em que medida é que o Governo pode ter alguma intervenção nestas duas problemáticas, ou seja, na pouca rentabilidade da transformação em leite com pouco valor acrescentado e a necessidade de reduzir importações.



O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural disse que o mercado é um mercado manhoso com 3 grandes operadores, que quando tem leite a mais transforma em leite em pó e leite UHT, e estes dois produtos vão para um armazém. Quando chega perto do fim da validade, esses produtos voltam ao mercado a preços baixíssimos,

A Deputada Patrícia Miranda perguntou se já tinha reunido com o movimento que despoletou esta petição. Se acha que 20% de aumento, tendo em conta o cenário pandémico e de guerra, é motivo de descanso. Por fim perguntou, o que vão fazer se as indústrias começarem a importar leite em pó.

O Secretário Regional disse que não tinha conhecimento de que a indústria iria importar leite em pó.

Depois, relativamente às associações, disse que a Federação Agrícola é composta por mais de 20 associações, que reúnem centenas de agricultores, explicando que qualquer afirmação da Federação Agrícola ou do Presidente da Federação, resulta de uma auscultação de todas as associações.

Ressalvou que as medidas, quando são tomadas lado a lado com o Presidente do Governo, resultam de muito trabalho técnico, debate, discussão e reuniões online. “Não são tomadas porque nos lembramos de tomar. E o melhor que os agricultores podem fazer agora é estar posicionados na força das associações, porque, também, o pior sinal que se pode dar para o mercado é que agricultura e os lavradores estão divididos”, disse.

Outra questão que quis acentuar, é que não governam às cegas, acrescentando que, até agora, quer os Deputados quer o Governo, não tinham dados para fazer política, para construir legislação, mas agora vão passar a ter, garantiu o Membro do Governo.

O Deputado Bruno Belo, relativamente ao trabalho que não foi feito na diferenciação do leite dos Açores, perguntou qual é a diferença do preço médio de venda de um leite diferenciado, de um leite com uma combinação geográfica protegida, de um leite que



tenha uma designação específica e em relação ao leite que não é, que é normal, sem diferenciação.

Perguntou, também, qual o montante global do esforço do orçamento regional e se pudesse fazer uma comparação desse esforço financeiro de agora com o de 2019.

O Deputado Rui Martins, sobre a questão da cartelização de preços, perguntou o que achava disso.

Perguntou, ainda, o que aconteceu em maio de 2020 e o que fez o Governo do PS. Perguntou também se sabia, por acaso, se o peticionário pertence a algum movimento associativo.

O Deputado Manuel José Ramos disse que, no último orçamento da Região, estava prevista uma verba para a conversão de produção de leite biológico na ilha Graciosa.

Perguntou se o mercado valoriza as produções de queijo e manteiga de forma biológica e se há conhecimento, por parte do Governo Regional, se o mercado regional e nacional tem essa apetência para esse tipo de produtos de maneira a valorizar a produção do leite Graciosense.

O Secretário Regional disse que a ilha Graciosa tem uma vontade própria para seguir esse caminho, que merece a concordância do Governo, estando o sector daquela ilha em sintonia com o Governo para preparar o programa, com esse fim, que começa em 2023.

Acrescentou que nem foi preciso debater a questão de transformar a produção de leite convencional em leite biológico porque havia já uma manifesta vontade de o fazer.

Esclareceu que, para essa transformação ter sucesso, é preciso que o comprador, neste caso a UNICOL, também queira comprar leite biológico. O comprador está, neste momento, interessado num leite de pastagem e não biológico. Diz que a seu tempo,



obviamente que a Graciosa poderá produzir leite biológico, havendo aqui um passo intermédio, do convencional para a pastagem e depois para biológico

“Nós não podemos montar um modo de produção, uma fileira, sem o consentimento de todos. Quem produz e quem compra. E, neste caso, o comprador não rejeita a ideia, mas aceita que seja um leite natural de pastagem. A secretaria ficou de preparar esse programa específico com apoios à reconversão e os cálculos dos ganhos de rendimento, porque a Graciosa tem um estatuto de Reserva da Biosfera e se nós conseguíssemos associar esta ideia aos produtos de transformação do leite a esse estatuto era um ganho em cima de um ganho”, referiu o Governante.

Acrescentou, ainda, que estão convencidos que dando pretensão àquilo que era vontade local, juntando a pretensão do Governo e, também, a alguma adesão de quem compra o leite, a produção de leite na Graciosa terá um valor acrescentado muito importante nos Açores.

Em resposta ao Deputado Rui Martins, disse que em maio de 2020, o preço de leite desceu e não foi feito nada relativamente a isso.

Relativamente à questão do Deputado Bruno Belo, disse que o pior que pode acontecer é o não governar ser uma forma de governar. Acrescentou que temos a capacidade de competir com a quantidade, mas sempre com o Atlântico para atravessar e isso tem sobrecustos, significando que íamos a caminho do insucesso, havendo, portanto, necessidade de alterar o paradigma e essa alteração está a ser feita a partir da proposta de produção de leite IGP, não conhecendo mais nenhum da Europa com esse tipo de produção, constituindo, por si só, oportunidades comerciais.

Por fim, e no seguimento dos pareceres escritos solicitados, a Comissão rececionou os que abaixo se elencam:

- ANIL.



CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões do peticionário, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por unanimidade, com votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 646 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Os peticionários, na exposição de motivos e na audição efetuada ao primeiro subscritor, consideram que, devido a diversos fatores que lhes são alheios, os custos de produção de leite em S. Miguel, superam o preço pago pelas indústrias;
3. Assumem que grande parte das explorações de leite estão na situação de falência técnica;
4. Os peticionários fazem um apelo à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que tome medidas para ultrapassar a situação difícil com que se encontram;
5. Solicitaram, em nome de um alegado movimento, não constituído formalmente, “União da Lavoura”, audiências ao Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao Presidente do Governo, que não foram agendadas;
6. Reuniram com a Associação Agrícola de S. Miguel e com a Federação Agrícola dos Açores. Nesses encontros alegam que foram transmitidas algumas promessas que não tiveram qualquer desenvolvimento;
7. Registaram que foi feito um aumento do preço do leite em janeiro último, mas coincidiu com a alteração dos critérios e das tabelas de sólidos, que, na prática, fez com que tudo ficasse na mesma;
8. Consideraram uma má estratégia a atribuição temporária da ajuda de 1,5 cêntimos porque, segundo referem, fez com que a indústria não valorizasse o produto;
9. O Governo, em sede de audição, referiu a mudança de paradigma, que implica uma maior da valorização da qualidade em detrimento da quantidade;



10. O Governo considera, ainda, que as medidas tomadas recentemente em sintonia com o sector, foram capazes de impulsionar o preço do leite pago ao produtor;
11. Constatase que, apesar do leite ter vindo a aumentar, não é o suficiente para colmatar os custos;
12. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Graciosa, 27 de junho de 2022.

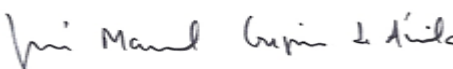
O Relator


(Wilson Ponte Gomes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres escritos referenciados, bem como a documentação entregue pelo peticionário no âmbito da sua audição.

O Presidente



(José Ávila)

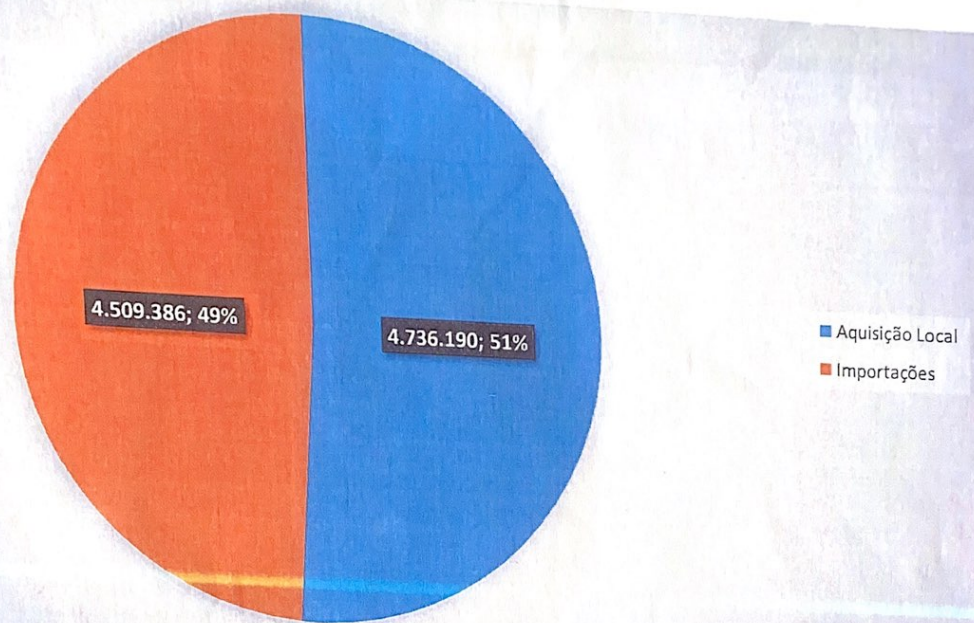


Figura 64 - Comparação dos totais de hortícolas (em Kg) entre a aquisição local e as quantidades importadas para a Região, pela INSCO, nos últimos três anos (2018/2021) (Fonte: INSCO)

Os dados recolhidos nestas auscultações e cedidos por estas empresas permitem ainda visualizar quais as hortícolas com maiores quantidades importadas bem como quais as que têm possibilidade crescer, com o objetivo de aumentar, por um lado a produção local, e por outro atingir uma maior cota de sustentabilidade cobrindo a cota de mercado destinada ao autoconsumo relativa à população da Região (Fig. 65 a 68).

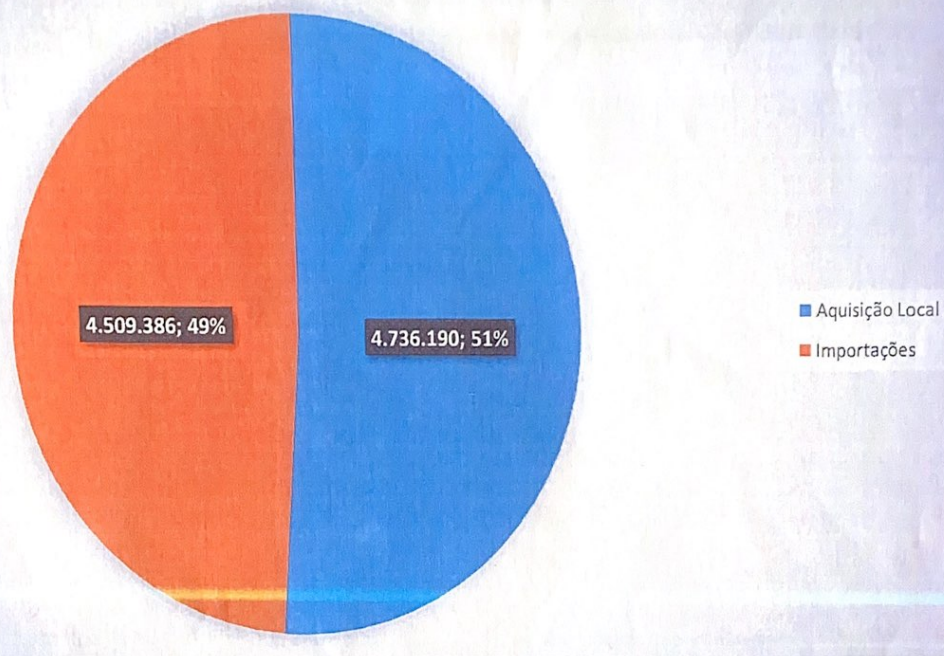


Figura 64 - Comparação dos totais de hortícolas (em Kg) entre a aquisição local e as quantidades importadas para a Região, pela INSCO, nos últimos três anos (2018/2021) (Fonte: INSCO)

Os dados recolhidos nestas auscultações e cedidos por estas empresas permitem ainda visualizar quais as hortícolas com maiores quantidades importadas bem como quais as que têm possibilidade crescer, com o objetivo de aumentar, por um lado a produção local, e por outro atingir uma maior cota de sustentabilidade cobrindo a cota de mercado destinada ao autoconsumo relativa à população da Região (Fig. 65 a 68).

Assim, de acordo com os dados enviados, a empresa "Luís Vicente S.A" (Fig.63), verifica-se que está pouco vocacionada para a preferência de aquisição de produtos localmente uma vez que dos 3.083.324 kg de produtos comercializados, nos últimos 3 anos, apenas 7,6% são adquiridos localmente e cerca de 92,4% são importados (Fig. 63).

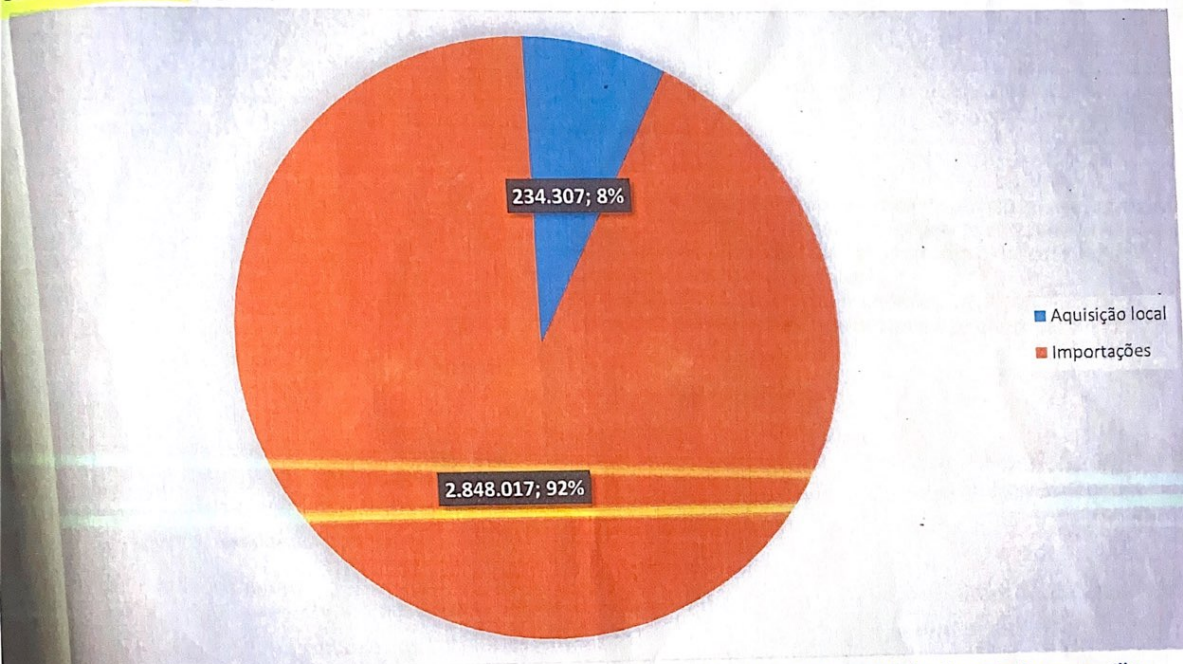


Figura 63 - Comparação dos totais de hortícolas (em Kg) entre a aquisição local e as quantidades importadas para a Ilha Terceira, pelo Luís Vicente S.A., nos últimos três anos (2018/2021) (Fonte: Luís Vicente, S.A.)

Por outro lado, a INSCO (Fig. 64), apresenta, para o mesmo período (últimos 3 anos), compras de produtos hortícolas que totalizam os 9.245.576 kg. Estes dados denotam a sua evolução positiva de incentivo à produção local e na prática uma política no sentido da aquisição de produtos hortícolas produzidos localmente fomentando, desta forma, a produção local deste tipo de produtos registando uma percentagem de 51,23% dos produtos que comercializa que são adquiridos localmente com 48,77% de produtos importados (Fig. 64).

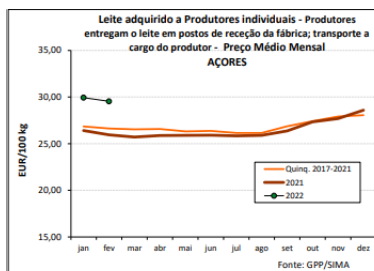
Exmo Senhor,
Presidente da Comissão Especializada Permanente de
Economia da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila

26 de Abril de 2022

A Associação Nacional de Industriais de Lacticínios, na sequência do pedido de parecer sobre a Petição N.º 21/XII - “PREÇO DO LEITE PAGO AOS PRODUTORES EM SÃO MIGUEL”, vem pelo presente referir que:

A petição, redigida a 4 de janeiro de 2022, não reflete a situação actual.

De acordo com os dados oficiais do GPP-SIMA, comparando o mês de janeiro de 2022 com o mês homólogo, a variação do preço de leite pago ao produtor reflete, para a Região Autónoma dos Açores, um aumento de 12,4%.



Foram, entretanto, anunciados novos aumentos durante o mês de março, abril e maio de 2022, que refletirão um aumento de mais 13%.

O sector leiteiro, tem-se visto a braços com a escalada de preços. Também ao nível da produção industrial, se tem sentido um aumento de custos muito significativo, resultante das alterações conjunturais, económicas e legislativas, aliadas às transformações de mercado, por força da crise pandémica e agravadas pela actual guerra entre a Rússia e a Ucrânia e que se traduz em aumentos ao nível das matérias primas, das energias, dos materiais de embalagem, dos transportes e da mão de obra.

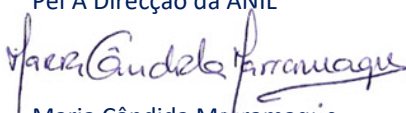
Observa-se assim, no presente contexto, que a indústria de lacticínios tem suportado o aumento imediato de custos, sem a devida valorização ao nível do mercado.

A Indústria de Lacticínios continua a trabalhar para que os produtos lácteos tenham uma maior valia no mercado que possibilite melhor remuneração ao produtor.

Já expressamos, ao nível da tutela açoriana, as áreas de acção que considera fundamentais trabalhar para melhorar a rentabilidade dos produtores de leite, nomeadamente reduzir a dependência da importação de alimentação, melhorar a formação independente dos produtores para um maneio mais eficiente e para uma melhor gestão das explorações.

Neste sentido, somos de parecer que estas são algumas das matérias que a Assembleia Regional Legislativa dos Açores deve priorizar.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Direcção da ANIL

 Maria Cândida Marraque
 Directora-Geral da ANIL